



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

RESISTÊNCIA CABINDA:

UMA PERSPECTIVA SOBRE A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

CRISTÓVÃO JOSÉ MANUEL PAULO

REDENÇÃO

2019

CRISTÓVÃO JOSÉ MANUEL PAULO

RESISTÊNCIA CABINDA:

UMA PERSPECTIVA SOBRE A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Humanidade da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do Prof. Dr: Itacír Marques da Luz

REDENÇÃO

2019

AGRADECIMENTOS

Após o término deste trabalho é imprescindível não deixar de agradecer a Deus Pai pelo sopro de vida e por fazer-me levantar todos os dias para dar continuidade a este trabalho. Às pessoas que, directa ou indirectamente, deram a sua máxima contribuição para a concretização deste trabalho. Assim, as minhas palavras de apreço e gratidão vão para:

A minha família em geral, especial a minha mãe Maria da Conceição (A melhor pessoa, que eu podia ter na vida), meu pai (Homem que muito admiro, trabalhador, muito honesto), as minhas irmãs, a minha namorada, primos e primas, mesmo distante tiveram presente o tempo todo, foram grandes impulsionadores para esta concretização, meus conselheiros natos, nunca me deixaram dormir em fantasias.

Ao meu orientador Prof. Dr. Itacir Marquez da Luz, pela dedicação, total disponibilidade e atenção, paciência, simpatia e muita simplicidade. Não poderia deixar de falar, das suas sugestões sempre pertinentes, pelos seus ensinamentos e pelo seu incondicional apoio durante este trabalho (super orientador).

A todo corpo docente da universidade UNILAB, em particular do Instituto de Humanidades, que têm estado a acompanhar-me durante este percurso no BHU, com os seus conselhos, sugestões, ensinamento e apoio sempre em momentos oportunos.

Neste momento de agradecimento, não poderei esquecer dos grandes laços afetivos que acabei criando dentro da instituição Unilab: Osvaldo Betuel, Pedro Focola, Dario Artur (Companheiros de luta, estão comigo a todo momento), Julio Sani Lopes (Eterno tutor, bastante prestativo e atencioso), Victor Hugo (Primeiro amigo brasileiro na unilab, abriu a porta da sua casa mesmo sem conhecer), Raish Kelv (Amiga fiel, amo muito), Afonso Fortunato, Pancha Leila, Torris Ibu Sadjo, Moises Correia, Abudo Mane, Natalia Garcia, Ariclene Da Cruz, Eduardo Menezes, Tamires Mendes, Danilson Caculo, Isabel Holandês, Diky Lukoki, José Mussunda e a todo colectivo do C.A do BHU (No Sta na Luta

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar os efeitos dos conflitos na província de Cabinda, entre o movimento independentista do Enclave de Cabinda (FLEC) e as Forças Governamentais (FAA) na perspectiva da população nativa, deste modo também pretende-se compreender os motivos pelos quais lutam, para além desse fator político mais explícito. Nesse cenário, é preciso considerar a importância do petróleo como a principal fonte de riqueza de Cabinda e, que também tem sido o maior elemento impulsionador dos conflitos armados neste território. Para além disso, os conflitos em Cabinda presunõe-se que são tidos como um verdadeiro comércio para alguns por envolver a negociação entre a consciência e a liberdade, multiplicando, desta forma, as fortunas dos envolvidos. Diante disso, se faz necessário compreender a formação identitária e socioeconómica de Cabinda; avaliar os cabindas e os dramas atuais; entender a disputa política e social dos cabinda: causas e motivações. Para tanto, a pesquisa será conduzida metodologicamente, com uma abordagem de carácter qualitativo ao objeto de estudo, recorrendo às técnicas de buscas bibliográficas e análise documental, quer para a recolha das informações quer para a respectiva análise. A pesquisa proposta pode representar uma oportunidade importante para toda comunidade angolana e também outras comunidades externas de por não conhecerem outros aspectos desse processo histórico e social, por ter sido silenciado durante muitos anos, de forma a abrir caminhos para o fim destes conflitos de uma forma pacífica e sem constrangimentos para ambos os lados.

Palavras-chave: Cabinda; independência de Angola; enclave; autonomia política; FLEC.

LISTA DE ABREVIATURA

Associação Angola dos Bakongo (**ABAKO**)
Associação dos Naturais de Angola (**ANANGOLA**)
Programa para Angola de Desmobilização e Reintegração (**ADRP**)
Comissão Conjunta Político-Militar (**CCPM**)
Comissão Militar Mista (**CMM**)
Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (**COIEPA**)
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**CPLP**)
Desmobilização, Desarmamento e Reintegração(**DDR**)
Forças Armadas Angolanas (**FAA**)
Forças Armadas de Libertação de Angola (**FALA**)
Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (**FAPLA**)
Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (**FLEC**)
Frente Nacional para a Libertação de Angola (**FNLA**)
Movimento Popular da Libertação de Angola (**MPLA**)
Organização não-governamental (**ONG**)
Organização das Nações Unidas (**ONU**)
Organização da Unidade Africana (**OUA**)
Partido Comunista Angolano (**PCA**)
Partido Comunista Português (**PCP**)
Produto Interno Bruto (**PIB**)
Polícia de Intervenção Rápida (**PIR**)
República Democrática do Congo (**RDC**)
Unidade de Coordenação de Ajuda Humanitária (**UCAH**)
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (**UNESCO**)
Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (**UNAVEM**)
União Nacional para a Independência Total de Angola (**UNITA**)
Missão das Nações Unidas em Angola (**UNMA**)
União das Populações de Angola (**UPA**)
União das Populações do Norte de Angola Internacional (**UPNA**)
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (**URSS**)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. PROBLEMÁTICA.....	9
3. HIPÓTESES.....	9
4. OBJETIVOS.....	10
4.1. Geral.....	10
4.2. Específicos.....	10
5. JUSTIFICATIVA.....	10
6. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
6.1. Corrida ocidental à África.....	11
6.2. Processo de colonização de Angola: expansão das fronteiras.....	12
6.3. Processo de descolonização de Angola: início da luta colonial.....	14
6.4.O advento da guerra civil angolana.....	16
7. ENQUADRAMENTO GERAL SOBRE CABINDA.....	18
7.1. Processos históricos.....	18
7.2. Questão do enclave de Cabinda.....	19
7.3 Cabinda implicações político-sociais.....	20
7.4 Acordos assinados entre Cabinda e Portugal.....	21
7.5 .Os movimentos independentistas de Cabinda.....	23
7.6. Forças governamentais X movimento de libertação de Cabinda.....	25
8. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DO TERRÍTORIO.....	26
8.1. Configuração identitária.....	27
8.2. Os Cabindas e os problemas atuais.....	28
8.3. Disputa política e social dos cabinda.....	30
9. METODOLOGIA.....	33
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
11. ANEXOS.....	37

1. APRESENTAÇÃO

A República de Angola é um país da costa ocidental da África na região austral, possui uma área total de 1.246.700 km², cujo território principal é limitado a norte pela República do Congo (RDC), numa linha contínua de fronteira terrestre de 4.777 km, a leste pela Zâmbia, com uma extensão de 1.110 km, a sul pela Namíbia, com uma extensão de 1.376 km, e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também como parte integrante do território, o enclave de Cabinda, através do qual, faz fronteira a nordeste com a República do Congo Brazzaville, numa extensão territorial de 201 km.¹

Representação das respetivas províncias angolanas



Fonte: Paz militar à justiça social: “o processo de paz em Angola”. Conciliation Resources; 2004.

¹ (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/25137/Angola> [25-05-2010]).
Dados gerais sobre a República de Angola. Britannica World Data

Desta feita, a província de Cabinda, constitui parte integrante a divisão política-administrativa de Angola, diante dos acordos feitos em Alvor (1975) em que Cabinda foi oficialmente anexada como parte integrante do território angolano. No mesmo período que se deu o fim da colonização portuguesa e, constitui junto com outras 17 províncias um Estado unitário. Cabinda é a província mais ao norte de Angola e encontra-se num enclave, segundo o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), possuindo uma área territorial total de 7.283 km², situado na costa, entre os dois Congos: República do Congo-Brazzaville e Congo Democrático. Já o Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo o censo realizado em 2014, estima que a província tem em média 716.076 habitantes.

Este território, desde a época que o país ascendeu à independência, tem sido alvo de disputas travadas entre as forças governamentais (FAA) e a Frente de libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) até os dias atuais, estabelecendo cenário de conflito duradouro que tem sido acompanhado de forma direta pela população. Trata-se, porém, de uma realidade existente já algum tempo mas, por ter sido silenciada e pouco explorada, e até mesmo ignorada pela opinião pública, é vista numa espécie de “guerra esquecida”, que tem duração igual à própria história de independência de Angola.

Inicialmente o movimento de luta pela libertação do enclave de Cabinda agia de forma pacífica na resolução destes conflitos, no entanto, no final de 1975 tais guerrilheiros da frente de libertação do enclave de Cabinda passam a se opor pela via militar às forças governamentais, o que agravou mais ainda essa problemática. Segundo registra a Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania (2002: p.3):

os independentistas argumentam que Cabinda não é Angola, e defendem que o território foi ocupado e anexado, sem fundamentos legítimos, pelo Governo de Angola e lutam pelo reconhecimento do seu direito à autodeterminação.

Entretanto, por seu lado, o Governo pensa diferente e sustenta que Cabinda é parte integrante e inalienável do seu território, passando então a empreender uma escalada militar para acabar com a guerrilha pela força das armas e, por essa via, pôr termo às reivindicações independentistas, o que não tem sido fácil.

Nota-se a falta de diálogo e consenso das partes envolvidas, o que, como consequência, tem originado um cenário de instabilidade no país, na medida em que tem

causado grande impacto na vida da população local e, diante disso, passou-se ao entendimento que a melhor saída para os problemas causados por esta situação seria buscar a paz de forma efetiva em Angola a partir do diálogo.

A partir desse cenário, percebe-se a necessidade de compreender os constrangimentos que estão na base destes conflitos entre a FLEC e as FAA, na perspectiva da população nativa. Para além desses fatos político, esperamos também identificar e compreender os motivos da permanência desse enfrentamento até os dias atuais,

2. PROBLEMÁTICA

Considerando as demarcações dos limites fronteiriços de Angola, o território sempre mereceu atenção especial das autoridades angolanas, que procura estabelecer, junto dos países vizinhos, acordos que sejam viáveis, para garantir a mútua inviolabilidade territorial.

Sabemos que muitos dos cabindas têm parentes em vários pontos de Angola e também em país vizinhos (República do Congo e a República Democrática do Congo), em função disso, as relações sociais e culturais não necessariamente obedecem às políticas gerais criadas pelo Governo angolano em determinados períodos. Diante da constatação e do papel dessas redes ou ciclos familiares, sociais e culturais, colocam-se algumas questões: Qual na perspectiva das pessoas comuns da região sobre esses conflitos políticos? Que implicações trazem a essa população? Como a população pensa autonomia de Cabinda? Em que medida a luta pela independência de cabinda reflete uma real necessidade da população?

3. HIPÓTESE

Diante do cenário e dos fatores colocados em relação ao caso de Cabinda e os conflitos políticos, nossa hipótese é de que a população acredite que a independência deste território represente uma alternativa para se pensar a paz efetiva em Angola, assim como no território, tendo em vista todos os problemas decorrentes destes conflitos.

Portanto, esse tipo de luta por independência demonstra que a população anseia que essa situação seja resolvida de forma pacífica, sem quaisquer constrangimentos para ambos os lados, tendo em vista que o cenário de conflito na província demonstra sinais de fragilidade quando falamos em pacificação. Entretanto, também não se pode negar que a situação de Cabinda é de fato uma ameaça a paz em Angola.

4. OBJETIVOS

4.1. GERAL

Diante do cenário de conflito existente em Cabinda, a futura pesquisa terá como objectivo analisar a origem destes conflitos e suas implicações para as pessoas de Cabinda e como esta população pensa a autonomia da província. Portantanto, sendo um cenário vivenciado até os dias atuais, sente-se também a necessidade de compreender o que esta na base da resistencia destes complitos duradouros em Cabinda.

4.2. ESPECÍFICOS

- Entender como eles se identificam - Analisar sua configuração identitária;
- Identificar quais os problemas atuais que os cabindas vivem;
- Entender as causas e motivações da disputa política e social.

5. JUSTIFICATIVA

O interesse em pesquisar a temática abordada neste projeto, surgiu-me após o envolvimento com alguns elementos que fazem parte deste cenário de conflitos, já há algum tempo. Mantendo conversas relacionadas ao assunto, percebi a necessidade, de entender mais sobre o problema que norteia o social político angolano. Para tanto, tive de ir atrás das informações que apresentam elementos que facilitam a compreensão deste cenário. Por outro lado, houve também alguma motivação a partir dos ensinamentos e leituras havidos na disciplina do curso de Bacharelado em Humanidades – (BHU), intitulada Território e Poder, enquanto estive no segundo semestre do curso.

Portanto, foi por meio dessa disciplina, a qual compõe o tronco do Direito Público e questões Geográficas, que percebi a reunião de elementos que relacionam diretamente à construção de relações de poder, considerando algumas das influências geográfica criadas pelo Estado. E também do ponto de vista das Ciências Sociais que se preocupa com o estudo de organização do Estado, como este exerce o poder e inclusive as formas pelas quais o poder é concretizado na vida em sociedade.

Entre-tanto, também existe algum desejo que as questões acerca dos conflitos que norteiam o Governo Central de Angola e o Movimento Independentista do Enclave de Cabinda(FLEC), o que já persistem à sensivelmente 43 anos, sejam conhecidas e discutidos além do território Angolano, deste modo dando amplitude e visibilidade neste cenário de conflitos, para que se possa encontrar soluções possíveis de lidar com essa problemática.

Ela ainda é uma possibilidade de abertura para novos estudos, acerca dos impactos causados no sistema geopolítico e social angolano. A falta de consenso e a exclusão das outras forças político-militares e sociais em torno do processo, abriu espaço para medidas violentas entre o povo angolano, tais como atentados de mortes, um deles contra a seleção do Togo em 2010, revelando sinais de fragilidade nessa tentativa de pacificação da província.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 - Corrida ocidental à África

O continente africano é constituído por 54 países, sendo 22 deles banhados pelas águas do Atlântico Sul. Resultado de uma divisão arbitrária, imposta pelo colonialismo europeu em toda a África, a forte fragmentação observada na costa atlântica africana pode ser atribuída à sua proximidade geográfica com a Europa e à pré-existência de pontos de apoio naval e de redes comerciais, as quais, em conjunto, representaram factores competitivos, na disputa pelo domínio dos territórios.

A África serviu plenamente aos interesses coloniais europeus, nos dois períodos do desenvolvimento capitalista: no mercantilismo, através do fornecimento de escravos para civilizar a América, e no contexto da segunda revolução industrial, com a escravidão definitivamente suplantada pela mão-de-obra livre nos países americanos, através da divisão do continente em dezenas de territórios, para a produção exclusiva de produtos

agrícolas e extractivistas. Nesse caso, mesmo após o movimento de descolonização das décadas de 1960 e 1970, as monoculturas agrícolas continuaram a ser praticadas, em muitos países africanos, para atender ao mercado europeu.

No século XXI, foi dada a largada para mais uma corrida à África, focada na exploração de seus recursos naturais estratégicos e na produção petrolífera offshore. A bacia do rio Congo, a África Austral e o Golfo da Guiné são alvos das grandes potências. A China, por exemplo, tem investido bilhões de dólares no desenvolvimento da infra-estrutura do continente, como contrapartida para a exploração dos recursos naturais. Além da China, os outros atores com forte atuação na África são os Estados Unidos, a França, o Brasil, a Índia e o Japão.

6.2 - Processo de colonização de Angola: expansão das fronteiras

Os países de África, têm uma característica peculiar e similar na sua formação enquanto nação, tal como Angola, a maior parte dos países africanos, nasceu de um adensado de povos e grupos étnicos, cada um, com histórias e tradições distintas. Por conta disso, pequenas nações e pequenos estados locais, começaram a entrar em contato uns com os outros e os desenvolvimentos históricos levaram alguns países africanos, a partilhar um destino comum sob tutela e a influência portuguesa. Sabe-se que, os portugueses foram os primeiros europeus a navegarem por toda a costa africana. Desde 1419, foram estabelecendo pontos de apoio comercial e naval, com o objetivo de controlar a Carreira da Índia.

Para os angolanos, o primeiro contato com os portugueses foi dado em 1482, à quando uma frota portuguesa desembarcou em solo Africano pelo Zaire, na foz do rio Congo, sobre o comando do fidalgo e explorador português Diogo Cão, no reinado de Dom João I. Portanto, este cenário, marca historicamente o país, foi daí que se deu o início do longo processo de colonização portuguesa. Entretanto, este processo iniciou-se através de missões evangelizadoras, só mais tarde, após várias batalhas com os reinos do Kongo e Ndongo (Batalha de Massangano), da qual as forças portuguesas saíram vitoriosas, conquistando primeiramente o Atlântico Sul, desta feita, deram-se por expedições militares. Entretanto, posteriormente foi construído um forte reino (Reino de Angola) que assegurou a ocupação portuguesa na região. Já na segunda metade do século XVI, os portugueses explorando a fragilidade dos reinos, instalaram-se na região Central de Angola.

Neste mesmo período, Paulo Dias de Novais, o então governador de Angola na época, decidiu delimitar o vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. Portanto foi daí que em 1576 os portugueses fundam o São Paulo da Assunção de Luanda, a atual Luanda capital de Angola, que na época após a sua fundação foi às pressas transformada no principal mercado abastecedor de escravos para as plantações da cana-de-açúcar, minas de ouro e a produção de café no Brasil, que durou até os finais do século XIX.

Entretanto, mesmo depois deste cenário, a presença portuguesa limitava-se somente em pontos específicos do litoral, como Luanda e Benguela, cujos os portos abasteciam o transporte regular de escravos para o Brasil. Entretanto, obtendo esses pontos específicos, procuravam estabelecer outros pontos estratégicos no litoral para efetivar a ocupação total do território angolano.

Durante um certo período da ocupação filipina de Portugal isto em 1580-1640, os holandeses lutavam para desapossar os portugueses desta região, ocupando assim grande parte do litoral, nomeadamente Benguela, Santo António do Zaire, as barras da atual província do Bengo e também as barras do Kwanza. Com o decorrer dos tempos isso já em 1648, para alegria dos colonos, as tropas portuguesas luso-brasileiras expulsa os holandeses destes territórios, possibilitando assim o reatamento das linhas de comércio do tráfego de escravos de Salvador, Rio de Janeiro com Luanda.

A expansão total da colonização portuguesa, começa a tomar rumo nos primórdios do século XIX, isto após a independência do Brasil (1822), e também com o desfecho final do processo de escravidão nos meados entre 1836 a 1842. Portanto, essa ocupação mas expandida, tratava-se de uma resposta as pretensões de outras potências europeias nomeadamente como Inglaterra, Alemanha e a França, que na época lutavam obter dominação em territórios africanos. Nesta época foram firmados alguns tratados de acordo (Conferência de Berlim), com os poderes de habilidade de negociação estabelecendo deste modo protecção em seus territórios.

Embora os primeiros comerciantes, exploradores e soldados portugueses tenham posto o pé pela primeira vez nesta parte da costa africana em 1483, a colonização moderna de todo o território foi apenas formalizada quatro séculos depois, após a Conferência de Berlim de 1884-85 (GUUS e DAVID, 2014, p.34).

De fato, o processo de expansão territorial portuguesa no continente africano, passou a ocorrer após ser sinalizada pela Conferência de Berlim (1884-1885). A Conferência de Berlim dividiu a África entre os países europeus e estabeleceu a presença militar, nos locais conquistados, como requisito para a manutenção do domínio. A Inglaterra e a França ficaram com o maior número de territórios, graças às expedições organizadas pelas sociedades de geografia de ambos os países, que ajudaram, a definir a partir das nascentes dos grandes rios, sendo estas, as áreas de influência sobre os territórios que caberiam a cada um deles no continente.

Entretanto, Portugal para não ficar muito atrás da disputa sobre essa corrida à África, antes do acontecimento da conferência, tivera criado a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), para apoiar as expedições exploratórias. Assim, entre 1877 e 1885, os geógrafos portugueses Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens atravessaram a África de Luanda a Tete (região central de Moçambique), mapeando os territórios e fazendo o reconhecimento dos rios Cuango, Congo e Zambeze. Também fazendo o mesmo estudo Nowel (1982) entende que: “o resultado da expedição foi a carta da África Centro-Austral, conhecida como Mapa Cor-de-Rosa, que reclamava para Portugal uma faixa de terra contígua do Atlântico Sul até o Índico, ou seja, ligando Angola a Moçambique”.

Portanto, como se vê, as fronteiras de Angola foram definidas apenas nos finais do século XIX, onde se definiu as seguintes delimitações fronteiriças: a norte e nordeste, a República Democrática do Congo e a República do Congo; a sul a República da Namíbia; a leste, a República da Zâmbia; e a oeste, o Oceano Atlântico. Sendo que a sua extensão é muito mas vasta, do que o território de Angolano anda associado. E conseqüentemente essa divisão arbitrária tem sido motivo de disputas geopolíticas em Angola e em outras partes de África.

6.3 - Processo de descolonização de Angola: início da luta colonial

Após os portugueses determinarem as fronteiras e ter o domínio total do território, o povo nativo foi sentindo de forma rígida a dominação e a opressão do colono. Entre tanto, foi neste sentido que os nativos começaram a estudar formas de lutar contra o colono a fim de derrubar o governo colonial e ter o país liberto da colonização.

Inicialmente para a atividade política e as resistências nacionalistas, surgiram iniciativas das mãos da União dos Povos de Angola (UPA), que posteriormente origina a (FNLA) Frente Nacional de Libertação de Angola. Entre tanto, Luanda e nas cidades do

litoral havia também muitas associações mais antigas, que naquela altura já expressavam o sentimento nacionalista da população de Angola.

No decorrer dos tempos, já no princípio dos anos 60, os três movimentos de libertação de Angola, nomeadamente FNLA, MPLA e UNITA, preparavam-se para protagonizar uma luta armada contra o colonialismo português. Após este tendo implementado uma ditadura desde 1926, recusou-se entrar em uma negociação, deste modo prosseguiu na defesa até ao limite do último grande império colonial europeu.

Embora o domínio colonial nunca tenha deixado de sofrer resistência dos nativos, só em 4 de Fevereiro de 1961 que teve de fato o início de uma luta armada pela independência de uma forma mais organizada, isto depois dos nativos sentirem opressão de maneira extremamente violenta, a um protesto coletivo contra as condições coloniais no norte do país, originando deste modo a morte de centenas de agricultores, comerciantes e milhares de trabalhadores africanos das indústrias agrícolas.

Entre tanto, apesar da insatisfação das elites angolanas, alguns conseguiram fugir do país, formando assim uma reserva fértil de recrutamento para uma causa anti-colonial de um modo emergente. Para Angola, foram mobilizados centenas de milhares de soldados que viam integrar aos dois movimentos pioneiros que lutaram para um objetivo comum (FNLA e o MPLA), que na mesma época armados com paus e canas, protagonizar um ataque a cadeia de São Paulo e outras cadeias de Luanda, com intuito de libertar centenas de presos políticos africanos. Entretanto, a data do ataque (4 de Fevereiro de 1961) seria posteriormente celebrada oficialmente como o início da luta armada.

Os nacionalistas da frente diplomática trabalhavam a partir de bases na capital da República Democrática do Congo/Kinshasa, Conacri capital da Guiné e na capital da Republica do Congo/Brazzaville, também mantendo bases em Lisboa e Paris, que posteriormente terminou com a vitória dos nativos.

Entretanto, já em 1975, com as dificuldades em reter o controlo imperial sobre Angola, abriram-se perspectivas imediatas para a independência de Angola. O Governo português abriu negociações com os três principais movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA, e aumentaram período de transição para processo de implantação de um regime democrático em Angola (Acordos de Alvor, Janeiro de 1975).

6.4 - O advento da guerra civil angolana

O estado independente angolano, nasce do caos e de violências extremas oriundas de graves rivalidades nacionais, regionais e globais. Esta situação, criou raízes profundas na história de Angola, que iram influenciar durante muitos anos a vida do povo angolano.

A guerra civil Angolana, foi um conflito armado em Angola, que teve início em 1975 a quando o termino do colonialismo, e continuou com alguns intervalos, até 04 de Abril de 2002. Entre tanto, após ter alcançado a independência dos portugueses, o que se esperava era paz efetiva no território, acreditava-se que os exércitos do MPLA, da FNLA e da UNITA, deveriam manter a paz como uma forma organizacional com objetivo bélico (patrulhas) conjunta para manter a paz e não o início de uma guerra aberta. De acordo com Reed (2009, p.147):

O vazio de poder deixado pelo império colonial português abriu brechas na raiz desta guerra que rapidamente constituiria o palco onde as potências externas (Estados Unidos e União Soviética) se digladiaram no período da Guerra Fria.

Entretanto, nesta perspectiva, sabe-se que muito antes do dia da proclamação da Independência, (11 de Novembro de 1975), os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português, já mantinham discordâncias entre si pelo controle do país, e em particular da capital, Luanda. Levando ao fracasso os acordos de Alvor, que estabelecia um governo de transição, uma constituição, eleições e a independência. Por falta de entendimento o governo transitório mal chegou a funcionar. Entretanto o país ficou dividido, foi a partida imediata de uma guerra civil entre povos irmãos, uma luta pelo poder entre os três movimentos pioneiros de libertação, MPLA, FNLA e a UNITA, tornando o país num campo de batalhas, com envolvimento de forças externas/internacionais.

Também tratando da mesma realidade Lacoste (1995/1998), entende que: “ao 11 de Novembro de 1975, Angola proclamou a sua independência tendo o MPLA no poder, como consequência a FNLA e a UNITA acabam sendo expulsas do governo e a partir deste cenário instalou-se em Angola um regime socialista de partido único que acabaria por ser internacionalmente reconhecido, embora não pelos Estados Unidos”. Portanto, o que se pode entender, na perspectiva do MPLA, se união entre os três partidos ocorresse os Bacongós assumiriam o controlo dos depósitos do petróleo encontrados em sua região (Cabinda, Soyo etc.), e os Ovimbundos teriam a produção de alimentos em suas ricas terras agrícolas.

Portanto, para o MPLA essa aliança dos dois grupos, combinando poder económico e tamanho da população, seria um factor decisivo para tomar o Estado e conquistar a vitória. Por motivos estratégicos houve a necessidade de exclusão desses grupos. Entretanto, essa exclusão causou revoltas que culminaram numa série de confrontos em todos os pontos do país.

Para além da luta pelo controlo do país, O MPLA e a UNITA mantinham uma guerra tribal, ambos tinham raízes diferentes no tecido social angolano e lideranças incompatíveis entre si, apesar de manterem objetivos comuns de acabar com a ocupação colonial portuguesa. Embora ambos tivessem tendências socialistas, os dois grupos posicionavam-se como marxista-leninista e comunista, respectivamente, de forma a mobilizar o apoio internacional a FNLA, lutou contra o MPLA junto da UNITA durante a guerra fria, mas quase não teve um papel significativo. Além desses movimentos, existia o quarto movimento, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), uma associação de grupos militantes separatistas, que lutava pela independência da província de Cabinda/Angola.

Também tratando sobre essa realidade, Colin (2009), entende que: “a guerra civil angolana (1975-2002) fez mais de quinhentos mil mortos, quatro mil deslocados dentro e fora do território angolano e cem mil mutilados”.

Como podemos ver, a guerra angolana dezimou populares, destruiu famílias, devastou a infraestrutura nacional e danificou seriamente a administração pública. Do outro modo, quando menos esperava-se, via-se o final de uma guerra que durou 27 anos, marcadas em três períodos de grandes combates, 1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002, intercalados por frágeis períodos de paz, de acordos que não foram funcionais. O MPLA conseguiu a vitória definitiva em 22 de Fevereiro, a quando a morte do líder da oposição Jonas Malheiro Sidónio Savimbi. Fim de uma guerra que custou, a vida de muita gente, mutilação de outros e abandonando forçado de populares das suas residências em terras natais, para a província capital até mesmo em países vizinhos na procura de melhores condições de vida.

Em 2004, foi assinado um acordo de paz definitivo, que dura até os dias atuais, entre o MPLA e a UNITA com o objetivo de uma realização de eleições livres. Atualmente vive-se um clima de paz e espíritos renovados por parte da população, tudo por conta das mudanças presidências em 2017. Entretanto, vários críticos afirmam que, mesmo com o fim da guerra civil, Angola não vive a paz de forma efetiva, por contas dos conflitos existentes

na província de Cabinda/Angola, pelo tempo que persiste é vista como uma ameaça à paz em Angola.

7. ENQUADRAMENTO GERAL SOBRE CABINDA

7.1. – Processos históricos

Segundo o Pesquisador (BENBE, 2007), entende que,- o nome Cabinda tem origem da aglutinação da última sílaba da palavra “ Mafuca”, que nos antigos Reinos de Loango, Cacongo e Ngoyo era uma espécie de intendente geral do comércio e o homem de confiança do Rei, que o nome deste último travava de todas as transações comerciais. Já a palavra “Binda” designava o nome Mafuca naquela época. No século XIX, a quando se fazia a colonização portuguesa, a cidade teve outras denominações como: Porto Rico e Vila Amélia. O enclave de Cabinda, ex-protetorado colonial de Portugal, foi desde os tempos remotos subjugado à lógica de uma evolução de “passo a passo até atingir o estuto de província”. (GUEDES, 2003; pp.70-78).

Portanto, Cabinda foi evoluindo, até ser reconhecida como cidade em 28 de Maio de 1956, através do despacho legislativo nº 2.757, proposto pelo antigo governador português do distrito do Congo, Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

A população de Canbinda encontram-se distribuídos por quatro municípios (Cabinda, Bucu Zau, kakongo, Beliiize) e por sua vez, estes constituídos em doze comunas: Cabinda (Sede, Malembo e Tando-Zinze), Cacongo (Sede, Massabi e Dinge), Bucu-Zau (Sede, Inhuca e Necuto) e Belize (Sede, Luali e Miconje), os habitantes dessas regiões são chamados de cabindas. Martins (1968, pp.13-14) entende que “os Cabidas são habitantes pertencem ao grupo etnolinguístico Kikongo e à etnia Bakongo da grande família Bantu”.

Os Cabindas são compostos maioritariamente por clãs. Uma constituída pelo clã Basundi e outra composta por seis clãs (Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango/Baiombe, Bavili e Bakoki). A sua língua oficial é o português, tem também as línguas regionais: Ibinda e Fiote. Para além da sua potencialidade do petróleo e a madeira, também é rica em depósito de fosfato de ouro e manganês, com um clima favorável para produção agrícola, destaca-se na produção em grande escalas de Mandioca, alguns legumes e seriais, que servem de abastecimento local e uma parte é exportada para país vizinhos.

7.2. - Questão do enclave de Cabinda

O enclave de Cabinda, encontra-se no extremo norte, pela costa do oceano atlântico, é constituído por uma pequena faixa de terra, localizada a 50 km da foz do rio Congo, sem fronteira com Angola. Entretanto, mantém fronteiras com a República Democrática do Congo e a República do Congo. Possui uma considerável reserva de petróleo, além da madeira proveniente da Floresta do Mayombe e importantes jazidas minerais no interior da floresta.

da circunscrição geofísica infere-se que Cabinda, décima-oitava província angolana, é um minúsculo enclave descontínuo do país, localizado na costa ocidental africana, com cerca de 7.680 km², tendo como fronteiras terrestres, a Norte, a República do Congo, numa extensão de 196 km, a Nordeste, Leste e Sul, a República do Congo Democrático, com 153 e 100 km, e a Oeste, o Oceano Atlântico com 103 km (MOREIRA, 2004. p. 34)

Mapa de separação geofísica entre Angola e a província de Cabinda



Fonte: Jornal de Angola, especial Cabinda; 2012

Portanto, podemos observar pelo mapa, a situação geofísica de Cabinda, que eventualmente esta descontinuidade, também tem servido de base para sustentar as argumentação dos independentistas no que tange a disputa desse território.

7.3 - Cabinda - implicações político-sociais

O movimento independentista de Cabinda lutam pela autodeterminação da província, ilustrando fatores identitários, culturais, no Enclave em si e fazendo referência de alguns acordos feitos com Portugal (Simulambuco). Entretanto, esse cenário de conflitos iniciou muito antes do processo de independência de Angola. Pois então, é renegado o direito da auto determinação de Cabinda por parte do Governo Central de Angola, apenas propõe cessar dos conflitos naquela região. Entretanto com a intenção do cessar fogo, em 2006 foi assinado um acordo de paz que acomodou uma parte dos movimentos independentistas de Cabinda (rebeldes) e aprovou um Estatuto administrativo Especial (descentralização do poder) no quadro da Governação Local do Estado em Angola assente na desconcentração e descentralização administrativa.

A falta de consensos e a exclusão das outras forças político-militares e sociais à volta do processo, o acordo feito em 2006 não chegou a funcionar. Como consequência abriu espaço para novos conflitos naquele território, uma das ações dos rebeldes foi o atentado mortífero contra a Seleção Nacional do Togo em 2010, mostrando efetivamente sinais de violências vividas naquele território e ao mesmo tempo, ilustra a enorme fraqueza na tentativa de pacificação da província de Cabinda. Esse atentado, acaba também por se uma chamada de atenção a opinião pública, que tem estado a ignorar este cenário de conflitos no território angolano.

7.4 - Acordos assinados entre Cabinda e Portugal

Portugal e Cabinda mantinham três tratados, a seu valor histórico Jurídico. Nomeadamente o tratado de “Simulambuco” assinado ao 1 de Fevereiro de 1885, o tratado de “Tchicamba” assinado ao 26 de Dezembro 1884, e o tratado de “Chinfuma” assinado ao 29 de Setembro de 1883. Porém, os independentistas como fonte primária para alicerçar a sua pretensão na busca pela independência de Cabinda, invoca a existência do último tratado, reconhecido por Tratado de Simulambuco, assinado entre um oficial da marinha portuguesa, o capitão-tenente Guilherme Augusto de Brito Capello, comandante da fragata Rainha de Portugal. Este tivera ido, a mando do Governador-geral de Angola, e dos príncipes, régulos, governantes e cavalheiros locais representando o Reino de N’Goio.

Na véspera da Conferência de Berlim e da partilha de África, as autoridades locais (dos três pequenos reinos de Cabinda: Kakongo, Loango e Ngoio) concluíram com o comandante da corveta Rainha de

Portugal um acordo de protectora do – o “Tratado de Simulambuco de 1 de Fevereiro de 1885” (MADUREIRA, 2001; p.33

Em Cabinda, o tratado de Simulambuco é também interpretado como um instrumento político-jurídico com relevância internacional, que certifica a autonomia do Enclave de Cabinda muito antes da independência de Angola.

Também tratando sobre essa realidade Almeida (2004), entende que: “o então Tratado foi rubricado porque Portugal temia perder alguns dos seus territórios africanos devido à partilha de África, ocorrida com a Conferência de Berlim de 1884/85 que, entre outros itens, exigia a liberdade de comércio na bacia do Congo e seus afluentes, neutralidade dos territórios da bacia do Congo, e livre navegação no Congo e Níger”.

Portanto, os Cabinda por conta deste tratado, e tendo Portugal como um dos protagonistas da anexação de Cabinda ao território angolano, alegam, que o governo português deve se pronunciar baseando-se sobre os acordos feitos no século XIX, com a coroa portuguesa e os representantes de Cabinda.

As forças de defesa do enclave, dizem ainda não entender a posição de Portugal a respeito do enclave de Cabinda, trava-se ou implicava-se um protetorado, mas Portugal mudou de estratégia no decorrer dos anos sem dar a conhecer aos Cabinda, incluindo assim, o enclave no resto do território angolano e, entretanto, fica no silêncio. Sendo que o tratado de Simulambuco é um tratado pelo qual Cabinda fica sob o protetorado de Portugal, tornando-lhes de fato súbditos da coroa portuguesa. Portanto, os Cabinda alegam que o governo português os traiu, uma vez que esse tratado fez de Portugal um país com deveres de proteção sobre Cabinda, esse por sua vez, deveria assumir as suas responsabilidades. Entretanto, podemos ver abaixo dois dos artigos deste Tratado que sustentam as lutas dos independentistas pela independência e a equação da presença de Portugal neste cenário de conflitos:

- No 3º artigo, Portugal comprometia-se a manter a integridade dos territórios colocados sob seu protetorado.
- No 9º artigo, o Estado português comprometia-se a respeitar e fazer respeitar os usos e costumes do povo de Cabinda.

Portanto, podemos ver a partir do cenário atual, que Portugal não cumpriu as suas responsabilidades conforme se esperava, motivo pelos quais o Governo português é visto como traidor e facilitador da usurpação deste território.

Nestes termos, a separação de Cabinda e Angola não seria uma novidade, pelo facto de haver uma história de séculos de tratamento autónomo de Cabinda como um reino africano com que Portugal tinha relações à luz do Tratado de Simulambuco (GUEDES, 2009; p.197).

A bordando a mesma tentativa, Pinto (2009), destaca que: falta de vontade de Portugal em executar o tratado levou a que, aos poucos, Cabinda fosse incorporado na realidade angolana. Entretanto, uma realidade que vive até os dias atuais.

O que parece nítido, são os interesses muito fortes de Portugal em Angola e particularmente em Cabinda. Nesta perspectiva, vai ser difícil Portugal pronunciar-se sobre uma eventual solução a favor do povo de Cabinda, porque o lado económico sempre fala mais alto, esta visível que os cabindas não devem contar com ajuda de Portugal para uma possível solução neste conflito.

Talvez nem a intervenção de Portugal neste conflito relevante para uma possível solução, como se sabe, os trados históricos de Cabinda e o Governo português nunca foram aprovados pelo Governo angolano. Portanto, até mesmo os acordos entre o Governo central de Angola e o Movimento de libertação do enclave de Cabinda (FLEC) foram violados por conta de interesses particulares, motivo pelo qual até hoje o povo de Cabinda desconhece um capítulo nas páginas desse livro, que os remete a paz e tranquilidade naquele território.

7.5 - Os movimentos independentistas de Cabinda

Enquanto aconteciam os confrontos da luta de libertação de Angola, muitos angolanos imigravam em países vizinhos. Entre tanto, neste processo migratório nascia nos dois Congo, Movimentos sociais para defesa da pátria, como na época os confrontos aconteciam do norte para o sul, Cabinda era uma espécie de base do exército português, esses movimentos sociais, na tentativa de defesa do território denominaram-se, Movimento Independentista Cabindense.

Os dirigentes do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) apontavam então o dedo em duas direcções para explicar o mediatizado renascer do separatismo cabindense, baseado nas duas capitais vizinhas do Congo e da República do Zaire.. (MAKEBO-TALI, 2004; p.37).

Este movimento nasce no fim de 1950, tendo sido tomado como base a existência de associações de naturais do enclave de Cabinda, residentes nos países vizinhos. Muitas dessas associações eram simplesmente de carácter regional, tal como foi o caso da (Aliança do Mayombe). Mas a manifestação do independentismo cabindense afirmou-se claramente no princípio de 1960, com a formação do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), sob a liderança de Ranque Franque. O MLEC vai fundir-se com outros movimentos existentes na época, criando em 1963, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), pelo co-fundador, o independista Nzita Henriques Tiago.

Embora não se conheça qualquer acção militar da FLEC logo após a sua criação, ela tentou contudo manifestar-se politicamente, ao formar, em 1963, no Congo-Kinshasa, um Governo de Cabinda no Exílio, cujo acantonamento na localidade de Tshela, na fronteira com o enclave, não engendrou, porém, uma acção guerrilheira (MAKEBO-TALI, 2004; p.37).

Percebe-se que, a principio estes movimentos matinhos o seu patriotismo de uma forma pacífica, reivindicando o direito de paz naquele território. Entretanto, após os líderes da FLEC, aperceberam-se que Cabinda não seria englobada pelo plano de descolonização portuguesa e contrapartida seria anexada como parte integrante do território angolano, iniciaram uma guerra de guerrilha contra as forças angolanas no enclave, apoiados por algumas forças externas. Entretanto, até os dias atuais a FLEC tem lutado ao longo desses anos, pela independência efectiva de Cabinda, alegando que o enclave de Cabinda era um protectorado português (tal como ficou estabelecido no Tratado de Simulambuco, assinado em 1885), e não parte integrante do território angolano. Sobre isso, MAKEBO-TALI (2004; pp.37-38) entende que:

“houve verdadeiramente uma explosão nas aspirações separatistas, que saíram da longa letargia em que se encontravam. Esta afirmação de aspirações fazia-se, por um lado, numa conjuntura extremamente complexa em Angola, marcada pela confrontação dos três movimentos nacionalistas armados FNLA, MPLA e UNITA”.

Por outro lado, as forças do (FNLA, MPLA e a UNITA), sempre consideraram Cabinda parte integrante do território de angolano, essas controversas têm causado tensões entre as lideranças da frente de libertação do enclave de Cabinda (FLEC), motivos esses que têm estado a desencadear estes conflitos armados naquele território, e por sua vez as forças governamentais, tentam inibir estes de forma tão radical.

7.6 - Forças governamentais X Movimento de libertação de Cabinda

A questão dos conflitos em Cabinda, entre os independentistas e as forças governamentais, parte dos Acordos de Alvor (1975). Diante desta negociação, Cabinda foi anexado como parte integrante do espaço territorial angolano, tornando este, numa manifesta província angolana. Mesmo anteriormente, estava mantendo um estatuto de um estado independente, sobre o protetorado de Portugal, ou seja obedecia o mesmo estatuto que Angola, ambos foram ex-colônia portuguesa.

Porém os cabindas esperavam também ascender a sua independência tal como Angola, quando menos esperavam, viram o território a ser anexado como parte integrante de Angola.

Posteriormente acontecem as negociações feitas em Alvor, conhecida também como acordos de Alvor. Essa negociação foi assinada entre o governo português e os principais Movimentos de libertação de Angola, (MPLA, FNLA e UNITA), em Janeiro de 1975, em Alvor, no Algarve onde ficou oficialmente estabelecido Cabinda como parte. A negociação não contou a presença da FLEC, no entanto, o território foi adicionado como parte integrante de Angola sem quaisquer aviso prévio. Porém, há quem defenda que o enclave de Cabinda constituiu uma nação subordinada a um poder colonial de Angola e, como tal, não goza ainda, do inalienável direito de ascender à independência. Um direito negado, segundo esses autores, que defendem a secessão do enclave, por alguns justos acordos celebrados entre Portugal, que, como defendem, a oficial potência colonizadora, e os então movimentos de libertação de Angola.

A derrota militar da UNITA em 2002 granjeou ao governo mais recursos financeiros e militares para enfrentar o movimento independentista de Cabinda principalmente graças às campanhas militares conhecidas por Operação Vassoura desencadeadas desde 2002. (MABEKO-TALI, 2008; p.37)

Portanto, a ideia de Portugal agregar Cabinda como parte integrante do território angolano não foi do agrado de todos, principalmente para os movimentos nacionalistas que lutam pela auto determinação de Cabinda.

Também tratando da mesma realidade Brittain (1999) Entende que: “atitude tomada por Portugal, enquanto potência e nas vestes de protetor de Cabinda, foi mal recebida pelos dirigentes autonómicos de Cabinda, que levaram a FLEC a autoproclamar a independência, em 1 de Agosto de 1975, e a iniciar as suas atividades armadas a 8 de Novembro deste

mesmo ano, vésperas da independência de Angola, com o apoio do exército regular do Zaire”.

8. ESTRUTURA SOCIOECÔNOMICA DO TERRITÓRIO

Para que possamos compreender a estrutura socioeconómica de Cabinda, precisamos de ter em conta dois factores essenciais. O primeiro é a história colonial do enclave e de Angola em geral; o segundo tem a ver com as questões que diz respeito aos recursos naturais, nomeadamente o petróleo. Segundo registra Mabeko-tali (2004: p.36):

As raízes históricas da questão de Cabinda e, do já longo conflito neste enclave, situam-se na invasão colonial, desencadeada com a corrida para África e, mais concretamente, com a chamada internacionalização da questão do Congo.

Conforme a literatura aponta, é no âmbito da historicidade que se percebe a grandeza, dos desafios observados no terreno requer (a curto/médio e longo prazo) a implementação pelos Executivos Central e Provincial, de um amplo e diversificado conjunto de acções de impacto social, para assegurar a promoção do desenvolvimento de Cabinda numa perspectiva antropológica e a satisfação das necessidades básicas das populações, num processo sempre incompleto de procurar inverter a manifesta situação do enclave petrolífero angolano.

Hoje como no passado, afigura-se que Cabinda continua a desempenhar a sua função de sempre: centro da exploração, do comércio e das transações relacionadas com exportações dos produtos lucrativos, e centro da importação dos produtos alimentares e géneros de primeira necessidade. E a dignidade normativa das “competências especiais de âmbito específico” que se pretendeu atribuir ao Enclave no Estatuto Especial tendeu a ser manipulada pela mentalidade centrista que continua a predominar entre nós. A essa dignidade será sempre difícil fazer corresponder os planos de desenvolvimento socioeconómico e político da própria província e os meios necessários, nomeadamente financeiros, para tal efeito. A história tem muita força e os grupos independentistas e/ou radicais cabindenses, uma vez desencadeados, não podem voltar atrás.

8.1 – Analisar sua configuração identitária

Ao pensar a questão da formação identitária, defende-se a ideia de que, os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas, em contra partida, por vezes, vem acompanhado com a transgressão social. Portanto, essa perspectiva se opõe às análises pautadas exclusivamente na identificação de atributos e elementos que caracterizariam determinados grupos e expressariam suas identidades (como género, cor de pele, nacionalidade, tradições culturais, entre outros). Portanto, especificamente da Identidade dos Cabinda, tem um acumulado de fatores, que expressa a identidade local.

“Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. Somos constringidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais”. (WOODWARD, 2000; pp. 18-19).

A questão da identidade de Cabinda no campo político, durante as décadas de 1950 e 1960, o campo do nacionalismo angolano, particularmente de Cabinda foi marcado por uma extrema fragmentação através do processo migratorio e também o surgimento de diversos movimentos de libertação nacional formados em países vizinhos, sendo os principais deles, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União das Populações de Angola (UPA), que posteriormente se tornaria Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), do outro lado, surgia a Frente Nacional do Enclave de Cabinda (FLEC), que têm lutado contra o governo angolano em defesa da independência de Cabinda, invocando questões identitárias como elemento fundamental do seu povo.

“A questão identitária surge basicamente destes dois factores ‘tratado’ de Simulambuco e a criação do enclave em resultado das rivalidades europeias na ‘corrida’ a África. As antigas localidades fragmentárias independentes (se bem que cultural e linguisticamente aparentadas) cujas novas fronteiras foram decididas pelos europeus, estavam doravante reunidas sob o mesmo território e a mesma autoridade tutelar colonial”. (MABEKO-TALI 2004; p.37).

Portanto, a questão de Cabinda estar num enclave e tendo o tratado de Simulambuco, criou-se um tortuoso percurso na luta pela conquista da independência, os independentista

do enclave sempre imprimiram forças aos três movimentos de libertação de Angola com intenção de defender o seu território alegando as questões identitárias, mas sabe-se que é uma intensa disputa pelo protagonismo político. No que se refere à discussão sobre a identidade dos Cabinda, que tem tido espaço nesta disputa, será interessante entender como cada um dos Cabinda define o que é ser angolano e qual a diferença para com os Cabinda. Esta questão é fundamental para compreender como os cabindas projetam a independência de Cabinda e como define a identidade local.

8.2 - Os Cabindas e os problemas atuais

Fazendo uma avaliação geral de Cabinda no panorama atual, a província vive uma situação de medo, que foi instalado pelas forças governamentais. Cabinda após independência tornou-se uma cidade totalmente policial, e o controlo da província é uniforme, a população nativa temem umas a outras, pelo facto do governo instalar espões em todo canto da província. Portanto, eles não sabem quem é quem, e esta situação em Cabinda é permanente, deixando a população severamente ameaçada e impotente de exercer as suas atividades do dia-a-dia.

Também tratando da mesma realidade a Coligação pela Reconciliação Transparência e Cidadania (2002) entende que: “o Governo de Angola, exclui toda a possibilidade de Cabinda ser independente, o que lhes é oferecido são apenas autonomia e a paz”. Paz essa que os Cabinda desconhecem desde longos anos e, sempre que há uma tentativa dos movimentos independentistas de Cabinda sobre independência, o governo angolano responde militarmente. Deste modo o governo tem conseguido apaziguar a situação local, Inibindo assim as forças dos movimentos independentistas. Isso influência ainda mais, os anseios da independência total de Cabinda por parte da população local.

Uma característica do conflito de Cabinda é a sua amplitude apesar de ser assumido em termos puramente militares, como sendo de baixa intensidade na maioria das vezes, o fato controverso é que a população de Cabinda mesmo com tanta violência posta, afirmar-se na sua quase totalidade, como simpatizante da causa a favor da sua autodeterminação de Cabinda.

Vendo o conflito na perspectiva dos direitos humanos e proteção de civís e seus direitos, importa reter que, qualquer ataque da guerrilha a um alvo militar desencadeia violentas represálias, por parte das forças governamentais, contra a população da aldeia mas

próxima do local dos confrontos ou de aldeias circunvizinhas. Há, por vezes, execuções sumárias, espancamentos e torturas, destruição de casas e pilhagens dos bens dos aldeões.

Por outro lado, as condições de vida que as tropas governamentais são submetidas, com acentuadas falhas de abastecimento logístico, incentiva a dispersão de militares e o seu envolvimento no assalto às culturas da população. Estes recorrem sistematicamente à extorsão de bens alimentares, cigarros e bebidas junto dos camionistas e passageiros que se dedicam ao pequeno comércio. De uma maneira geral, as populações civis, no interior, são informalmente obrigadas a apoiar, na ordem logística.

Os militares impõem horas determinadas para a população acarretar a água, lavar a roupa, banhar, pescar e navegar. As mulheres também são obrigadas a deslocar-se às lavras acompanhadas pelos militares Governamentais, muitas dessas mulheres são forçadas a cozinhar para os militares. Os homens, que se dedicam à caça estão proibidos de o fazer sob pena de consequências severas. Outra prática recorrente dos conflitos em Cabinda, é o estupro sistemático de mulheres e meninas muito novas como prova de triunfo dos militares e da impunidade que caracteriza as suas ações. Há vários relatos de estupros que decorrem na presença de pais e maridos, como forma de intimidação e de humilhação. Os independentistas por sua vez, sempre que podem usam a estratégia de rapto de cidadãos estrangeiros como forma de pressão política e de obtenção de fundos para o financiamento da guerrilha.

Muitas aldeias têm sido arrasadas, forçando os seus habitantes a refugiar-se nas matas, onde a fome e a crueldade das operações militares são solidárias contra a vida dos populares. Inclusive outras aldeias estão a ser alvo de estranhos fluxos de repovoamento com famílias provenientes do sul de Angola. Essas famílias em alguns casos, estão a ser forçosamente realojadas nas residências dos populares locais, como forma, de misturar ou agrupar a população em pontos estratégicos para exercer o maior controlo sobre as mesmas. Portanto, está explícito que a situação da população de Cabinda não é das melhores e inclusive, esse conflito, está a gerar ódio para os não naturais de Cabinda.

8.3 - Disputa política e social dos Cabinda

O problema do separatismo de Cabinda, sempre foi um problema grave de se confrontar. Durante o percurso histórico de Cabinda, o processo de guerra nacional, influenciou a migração de muitos nativos, neste processo, foram estimulando anseios de defesa da pátria. Entre tanto, foram surgindo em Cabinda muitos movimentos sociais

acrescentado a FLEC, por divergências de ideias, esses grupos foram se desmembrando, dando origem em várias FLEC e outros movimentos, cada um deles lutando pela sua causa.

Também tratando da mesma realidade Eugénio (2013), entende que: “o que da amplitude nos conflitos em cabinda, são os interesses individuais dos movimentos locais envolvidos além dos interesses governamental, só pra ter uma deia o caso da FLEC, esta é representada por várias facções que se confrontam entre si, durante algum tempo coexistiram a FLEC - Ranque Franque, liderada por Luiz Ranque Franque, a FLEC - N’Zita, de N’Zita Henriques Tiago, e a FLEC - Lubota, dirigida por Francisco Xavier Lubota, ao mesmo tempo que, em Novembro de 1977, emerge o Comando Militar para a Libertação de Cabinda, e em Junho de 1979 aparecem, formalmente, em nome de um Movimento Popular de Libertação de Cabinda (MPLC), as Forças Armadas de Libertação de Cabinda, entretanto estes grupos sempre lutaram para um objetivo comum, mas sem deixar aparte os interesses individuais”.

Vários fatores podem ser identificados como origem dessas divisões, como fez referência o autor Mabeko-tali (2004) ao tratar da mesma realidade, assinala que, “em primeiro lugar, um exame atento do separatismo Cabinda revela factores e tendências que resultam, em parte, das trajetórias da diáspora cabindense na África Central. Ranque Franque, Alexandre Tchioufou, A. Raoul, e outras figuras de origem cabindense, não tiveram a mesma formação intelectual nem o mesmo background socio-político”. Estavam demasiado envolvidos nos processos socio-políticos dos países onde tiveram a sua formação, enquanto pessoas e activistas políticos, para permanecerem imunes às aspirações conflituosas e interesses estratégicos dos dois Congo.

Entretanto, há também questões de divisões entre os oriundos do Maiombe e os originários do litoral, nomeadamente da cidade de Cabinda. Os primeiros são acusados de negarem ‘legitimidade’ cabindense aos segundos. A esta análise, tem que se acrescentar as divisões entre os francófonos e os lusófonos. Portanto, podemos aqui ver diversos fatores que sustentam os conflitos de Cabinda, mas não param por aqui, existem mas elementos envolvidos neste conflito.

“De facto, o problema maior de Cabinda é a sua imensa riqueza petrolífera, florestal e mineral (pedras semipreciosas, diamantes e pepitas de ouro), vários elementos de liderança desses movimentos e governamentais, criaram empresas para exploração de pedras semipreciosas em Cabinda, afirmava-se que apesar das concessões de jazidas, segundo os Serviços de Geologia e Minas, serem para extracção de pedras semipreciosas, na realidade, o que mais vinham

extraindo do subsolo cabindense, mas a título “particular”, eram diamantes da melhor qualidade e pepitas de ouro, às ocultas daqueles Serviços. A sede dessa sua empresa estava situada em Luanda, na então chamada Avenida dos Combatentes” (EUGÊNIO, 2013, p.83).

Por outro lado, por consequência da vida sofrida da população, atendendo o potencial económico de Cabinda, fazendo contraste com o paradigma vivido pelo seu povo, de algum modo causa revolta e anseios a busca pela independência. Apesar de que esses anseios também são estimulados pelos líderes dos movimentos locais, e a população mas ignorante, sendo o número mas elevado da população acredita no que lhe posto. No entanto não podemos negar que o problema de Cabinda sempre foi a sua riqueza, extraída dos seus recursos naturais, e não as questões culturais e identitárias, culturais ou separações étnicas na maioria das vezes são argumentadas. Os Cabindas são Bakongos.

Visto que o problema de Cabinda já foi encontrado, a questão agora, consiste em traçar medidas para se encontrar uma solução entre o governo e os movimentos independentistas de Cabinda. Portanto, pensa-se na necessidade do governo sentar com todos movimentos sociais de Cabinda, dialogar com serenidade para que se encontra, medidas que solucionam estes conflitos. A solução de fato vai existir, se o governo sentar com todos os movimentos locais, se vêm de uma vez, numa frente ou um de cada vez, isso é uma prerrogativa dos Cabinda, porque o ideal mesmo é discutir com todos, e não encontrar uma situação viável apenas com uma das fações, feito isso, compreenderia-se efetivamente o que está na base dos anseios e o que realmente eles querem.

Por outro lado, pensa-se que para o fim dos conflitos de Cabinda, precisamos estar num nível desejado acordado, para que possamos associar os dois Congo, e o Gabão, de perto ou de longe por causa do petróleo, que faz de Cabinda um caso de petróleo, também poderiam ajudar a encontrar soluções que correspondem as ansiedades do povo de Cabinda, nesta altura estaria-se a evitar uma série de situações, porque temos refugiados angolanos nos dois Congo, e outros no Gabão. Se o Governo angolano, tivesse uma solução que pudesse entender os anseios do povo de Cabinda, portanto, uma solução avalizada nos países vizinhos, nesta altura não vivenciaria-se este cenário de longos conflitos, que afectam de forma directa a população e contrapartida, diria-se que a existe paz em Angola. Ter paz em outras provinciais e não ter paz em Cabinda, isso significa que não existe paz efetiva no território angolano, deste modo não está a encontrar uma solução definitiva para os problemas que norream o território angolano, devia-se aproveitar essa boa vontade que há,

para se encontrar boas soluções que sejam viáveis para todos. Porque de fato os conflitos de Cabinda, demonstram que Angola não tem uma paz efetiva.

9. METODOLOGIA

O presente trabalho visa tratar, enquanto temática basilar, sobre a Resistência Cabinda, observando esse fenômeno a partir da perspectiva dos povos dessa região sobre a luta pela independência, analisando, para isso, os efeitos dos conflitos entre o movimento independentista do Enclave de Cabinda (FLEC) e as Forças Armadas Angolanas (FAA), sobre a população nativa.

A investigação buscará identificar as motivações pelas quais tais povos se envolveram nessa luta, para além do fator político mais explícito, além de considerar elementos importantes nesse cenário, como, por exemplo, a importância do petróleo como a principal fonte de riqueza de Cabinda e que também tem sido o maior elemento impulsionador dos conflitos armados neste território. Além disso, importa a esta análise a leitura do fenômeno em questão por suas diversas perspectivas, tal como os discursos que apontam o caráter de exploração mercadológica nos conflitos em Cabinda por envolver a negociação entre a consciência e a liberdade, multiplicando, desta forma, suas fortunas dos envolvidos.

Diante disso, se faz necessário compreender a formação identitária e socioeconômica de Cabinda; avaliar os cabindas e os problemas atuais; identificar as causas ou as motivações na base dessa disputa política e social; Para tanto; a pesquisa será conduzida metodologicamente, com uma abordagem de “caráter qualitativo” ao objeto de estudo, recorrendo às técnicas de buscas bibliográficas e a “observação participante”, quer para a recolha das informações quer para a respectiva análise. Sobre isso, Chizzotti (1991), destaca que pesquisa qualitativas buscam dados fundamentados nas interações interpessoais, neste caso, na co-participação dos informantes das situações, as quais são analisadas a partir da significação que estes informantes dão aos seus atos. Em síntese, na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta os dados. Já no que se refere à observação participante, o autor destaca que:

“...trata-se de ver e registrar, sistemática e fielmente, fatos e circunstâncias em situações concretas que foram definidas de antemão e que estejam ligados ao problema em estudo. Usa-se, as vezes, uma relação de dados e comportamentos que devem ser adotados quanto a sua frequência e as circunstâncias em que acontecem. A observação participante propõe que o pesquisador participe como membro ativo dos fatos, apreendendo o significado que as pessoas atribuem aos seus atos” (CHIZZOTTI, 1991, p.98).

Entretanto, o trabalho de verificação documental poderá ser complementado também com o levantamento sobre a produção videojornalística existente sobre o tema em questão, sejam documentários ou ficções, que agreguem elementos relacionados ao assunto, afim de fazermos uma análise sobre os discursos que tratam dos sujeitos e seus contextos. Para além linguagem verbal, pretendemos incorporar outras dimensões linguísticas, em especial a utilização de imagens criadas pelos sujeitos da pesquisa. A expressão imagética articulada com a expressão verbal, poderá fornecer uma riqueza de informação que possibilitará a ampliação das possibilidades de eficácia da nossa pesquisa podendo levar a resultados finais mais precisos e satisfatórios.

Uma situação de pesquisa interessante para percebermos essa expansão é a consideração do uso da imagem na compreensão do indizível. Essa preocupação já está presente na pesquisa antropológica desde, pelo menos, o trabalho realizado por Margareth Mead e Gregory Bateson em Bali, nos anos de 1930. (MACDOUGALL, 2009, p. 73)

Podemos ver na literatura supracitada em relação ao uso da imagem, ilustra que é um elemento de suma importância para uma pesquisa que objectiva alcançar resultado satisfatório. Entretanto, também será feita uma análise do panorama anterior e atual de Angola, com a aplicação de “entrevistas semi-estruturadas” em alguns elementos envolvidos e individualidades qualificados.

a entrevista semi-estuturada é uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão, com um discurso livre orientado por algumas perguntas-chaves (CHIZZOTTI, 1991, p.102).

Destaque-se que o universo amostral por ser de dimensão finita atendendo ao carácter intencional do processo de seleção das unidades integraram a amostra final.

Os dados recolhidos serão trabalhados com a análise de conteúdo que nos permitirá em primeiro lugar, elaborar conteúdos que serão viável para alcançar outros objetivos, essencialmente das informações retiradas da pesquisa documental, e, em segundo lugar, para elaborarmos outros elementos que agregaram a nossa futura pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas poderão apresentar preponderância para alcance dos resultados.

“Analisar os resultados, trata-se de classificar, categorizar, compilar os dados, descreve-los, analisa-los e chegar as conclusões a respeito da hipótese aventada no início, seja para confirma-la, seja para infirma-la. A análise pressupõe uma concepção da realidade”. (CHIZZOTTI, 1991, p.47)

Portanto, este processo de coleta de informações para o desenvolvimento deste projeto poderá se deparar com certas dificuldades relativamente ao tamanho da amostra final, à categoria das unidades inquiridas e aos constrangimentos de ordem logística (tempo); tal como os procedimentos recorridos para aplicação da técnica de análise de conteúdo, são aspectos metodológicos que descreveremos em pormenor nos pontos que agregaram a futura pesquisa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. C. África: Trajectos políticos, religiosos e culturais. Azeitão: Autonomia 27, 2004.

ALMEIDA, E. C. Angola: potência regional em emergência. Lisboa: Colibri, 2011.

_____. Simulambuco na intangibilidade da actual fronteira angolana. *Jornal Lusófono*, 46, 06 de Fevereiro 2004.

_____. (1990). O Tratado de Luanda. *Terra Angolana*, 5, pp. 31-34, 1927.

_____. Angola: potência regional em emergência. Lisboa: Colibri, 2011.

BEMBE, M. D. Análise do processo de paz no Enclave de Cabinda. *Cadernos de Estudos Africanos*, vol.20, pp. 27-54, 2011.

BENY, E. A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné. Lisboa: Imbondeiro, 2007.

- BRITTAIN, V. Morte da dignidade: A guerra civil em Angola (introdução de Pepetela) T. S. Rocha, Trad. Lisboa: Dom Quixote, 1999. (Obra original publicada em 1998).
- CASTELLANO DA SILVA, I. Guerra e Construção do Estado angolano. rdc.evs ed, 2011.
- CASTRO, Oliveira. Cabinda, ontem protectorado, hoje colónia, amanhã nação. Porto ed., 2011.
- CORREIA, Pedro Pezarat. Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português. Luanda: Ler & Escrever, 1991
- DOMINGUES, Carlos Alberto. Guerra, justiça e paz: contribuição para a história contemporânea de Angola. Lisboa: Universitária, 2002.
- FELGAS, H. Guerra em Angola (3ª ed.). Lisboa: Livraria Clássica, 1962.
- FRANCISCO, A. A. C. A política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós, 2013.
- GUEDES, Armando Marques. O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos: Estado, Sociedade, Direito e Poder. Coimbra: Almedina, 2004.
- _____, Armando Marques e Maria José Lopes eds. *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Almedina, 2000.
- _____, Armando Marques et al. Pluralismo e Legitimação. A Edificação Jurídica pós-Colonial de Angola. Coimbra: Almedina, 2003.
- JOVETA, J. Política Externa de Angola: Novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- LARA, António de Sousa. Imperialismo, descolonização, subversão e dependência. Lisboa, ISCSP/UTL, 2002.
- LUEMBA, Francisco. O problema de Cabinda exposto e assumido à luz da verdade e da justiça. Porto, Papiro, 2008.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. Dissidências e poder do estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de história política. 2 vols. Luanda: Editorial Nzila, 2001.
- MACDOUGALL, D. Significado e ser. In A. Barbosa, T. Cunha, & R. Hijiki (Orgs.), *Imagem-Conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos* (pp. 61-70). São Paulo: Ed. Papyrus, 2009.

9. ANEXOS

Imagem 1: Bandeira da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda



Fonte: Portal Resistência Cabinesa do interior, 2007

Imagem 2: Bandeira da Republica de Cabinda



Fonte: FLEC, 1998

Imagem 3: Cartão de Resistencia da FLEC

CABINDA, PORTUGAL @govpt @VP : [Esmeregilda Lebueco](#) : Todo Cabindês deve ser portador do seu Cartão de Resistente ate a total liberdade do Território de CABINDA



Fonte: Angop, 2004

Imagem 4: Bilhete de Identidade da República de Cabinda



REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO DE CABINDA.

Quem fala mal dos documentos emitidos pelo governo da República de Cabinda no exílio é contra Cabinda e seu Povo.

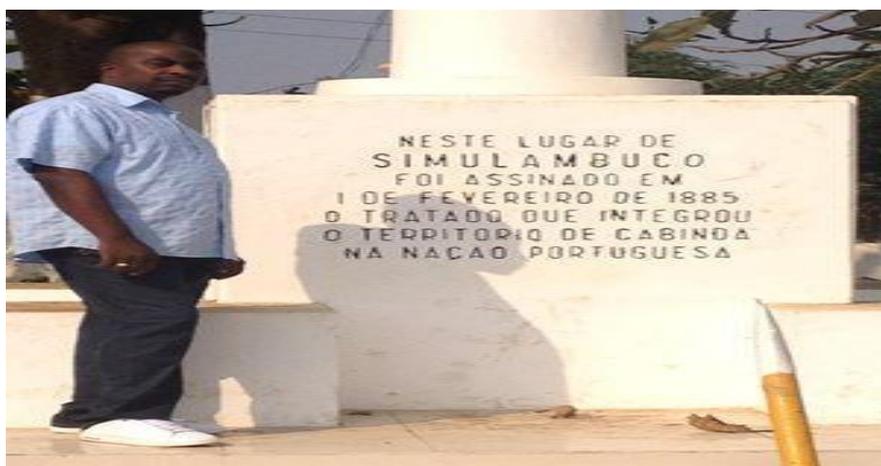
Fonte: Governo de Cabinda no Exílio , 2014

Imagem 5: Processo de recenseamento população



Fonte: Governo de Cabinda no Exílio

Imagem 6 e 7: Monumento Simbólico do Tratado de Simulambuco



Fonte: Portal Resistência Cabindesa do interior, 2018

Imagem 8 e 9: Comemoração em alusão ao aniversário do Tratado de Simulambuco (Tratado Luso –Cabindês1885 - 1 de Fevereiro de 2018)



Fonte: Portal Resistência Cabindesa do interior, 20

Imagem 10: Conflito entre Policia Nacional e manifestantes



Fonte: Jornal de Cabinda, 2018

Imagem 11: António Luís Lopes (Presidente e Comandante da FLEC no Exílio) e Movimento popular **Resistência Cabinesa do interior**



Fonte : Portal Resistência Cabinesa do interior, 2013

Imagem 12: Representação da FLEC na Ásia



Fonte : Portal Resistência Cabindesa do interior, 2017

Imagem 13: Representação de Cabinda na União Europeia



Fonte: Portal Resistência Cabindesa do interior, 2014

Imagem 14: Plataforma de exploração de petróleo ao largo de Cabinda



Fonte: Boletim Anual de Estatísticas do Sector Petrolífero, 2014.

Imagem 15: Reunião clandestina da FLEC com a população Cabinda



Fonte: Governo de Cabinda no Exílio, 2016

Imagem 16: Tropas das forças da FLEC



Fonte: Governo de Cabinda no Exílio, 2013

Imagem 17 e 18 : Bandeira do Rei de Kakongo (Kinkulu kia nsi'eto kongo, representa poder e força)





Fonte: Portal Resistência Cabindesa do interior, 2004

Imagem 19 : Museu Regional de Cabinda



Fonte: Jornal de Angol

Tratados**TRATADO DE CHINFUMA 29 SETEMBRO DE 1883**

Acta:

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1883, no morro de Chinfuma, em Lândana, na costa ocidental de África, achando-se reunidos como representantes por parte do governo português o capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal, e pela dos Povos que habitam os territórios de ambas as margens do rio Kakongo, os Príncipes e mais Cavalheiros, actuais Chefes e Governadores dos mesmos Povos, que por todos os presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, juntamente com os negociantes portugueses e estrangeiros, donos das casas comerciais estabelecidas em Lândana, Chiloango e margens do citado rio, os quais se prestaram a assistir a esta reunião como testemunhas dos actos que nela se praticassem, Robert F. Hammick da canhoneira inglesa Flirt, e o gerente da casa Hatton & Cookson R. E. Demet, foi pelo referido comandante, declarado que tendo alguns Chefes manifestado desejos de pedirem a protecção de Portugal, sob cuja soberania queria ficar, por ser a nação com a qual mantinham mais e constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que europeus haviam pisado território de África para o sul do Equador, ele comandante vinha agora munido de plenos poderes que lhe tinham sido conferidos pelo governo de sua majestade o rei de Portugal, a fim de fazer um tratado que, depois de assinado e aprovado por ambas as partes contratantes, estabelecesse as futuras relações entre Portugal e os Países Governados pelos Chefes que assinassem.

E tendo os Príncipes e mais Cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar com a sua assinatura um documento pelo qual ficasse bem autenticado o Protectorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendem do rio Massabe até Malembo, se discutiram e aprovaram onze artigos de um tratado que depois de lido e explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do país, foi por

todos assinados. E para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta acta, que vai por todos assinados, ficando junto ao tratado, do qual se tiraram cópias devidamente certificadas e seladas com o selo usado nos documentos oficiais da corveta rainha de portugal, e entregues aos principais Chefes, Tali-e-Tali, Príncipe Regente do Reino de Kakongo, Mancoche, Rei do Encoche Luango, António Tiaba da Costa, Governador de Massabe, digo António Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho, representando a Rainha Samano; Mangoal, Príncipe Regente do Mambuco Manipolo; António Tiaba da Costa, Governador de Massabe, representantes de Chefes dali, que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que fossem cedidos ao governo português, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e Protectorado de portugal sobre os territórios por eles governados. Morro do Chinfuma, 29 de Setembro de 1883 Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de portugal.

+ Sinal do Príncipe Tali-e-Tali.

+ Sinal do Rei Mancoche

.- A. Tiaba da Costa.

+ Sinal do Príncipe Mambuco.

+ Sinal de Matanga do Tenda.

- Cristiano Frederico Krusse Gomes, 1.º Tenente da armada.

- Aquiles de Almeida Navarro, facultativo naval de 1.ª classe.

- João Rodrigues Leitão Sobrinho, negociante em Lândana.

- William Rattray, Chiloango.

- Pedro Berquó, guarda-marinha.

- Fidel del Valle.

- António Nunes Serra e Moura, oficial de fazenda da armada.

TREATY

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comendador de Avis e cavaleiro de várias Ordens, comandante da corveta rainha de portugal, delegado por parte do governo de sua majestade eI-rei de portugal, concluiu com os Príncipes Tali-e-Tali, Regente do Reino de Kakongo, Mancoche, Rei do Encoche-Luango, António

Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho, representante da Rainha Samano e Mangoal, Regente do Mambuco, e seus Sucessores, bem como os mais Chefes dos territórios que do no Massabe se estendem até Malembo, na Costa Ocidental de África, o seguinte :

Artigo 1.' - Os Príncipes e mais Chefes do País, e seus Sucessores, declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de portugal, colocando sob o Protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Artigo 2.' - portugal reconhece os actuais Chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e Protecção.

Artigo 3.' - portugal obrigasse a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu Protectorado.

Artigo 4.' - Aos Chefes do país e seus Habitantes será conservado o Senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses.

Artigo 5.' - A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a Proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de portugal nestas regiões.

Artigo 6.' - Os Príncipes e mais Chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4-'.

Artigo 7.' - Igualmente se obriga a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim, como o desenvolvimento da agricultura.

#único - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Artigo 8.' - Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida sempre com a assistência do comandante de guerra do navio português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra.

Artigo 9.' - Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do País.

Artigo 10.' - Os Príncipes e Chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terrenos em Lândana, Chinchôcho e Massabe, que serão marcados de combinação com os Chefes dessas localidades a quem os Príncipes encarregam de fazer a entrega.

Do acto de posse se lavrarão dois autos, um dos quais ficará na mão do delegado do governo português e o outro na do Chefe indígena.

Artigo 11.' - O presente tratado assinado pelos Príncipes e Chefes do País, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta rainha de Portugal, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo governo de sua majestade e I-rei de Portugal.

Chinfuma em Lândana, 29 de Setembro de 1883

- Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

+ Sinal do Príncipe Tali-e-Tali, Regente do Reino de Kakongo.

+ Sinal do Príncipe Mambuco, Vice-Rei de Kakongo.

+ Sinal do Representante da Rainha Samano,

-A. Tiaba da Costa. - Chela.

+ Sinal de Maluango, Cavalheiro de Chinchôcho.

+ Sinal de Mangovo-Mambo, Cavalheiro de Chinchôcho.

+ Sinal de Matenda da Ponta de Lândana.

+ Sinal de Marumba, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Mancoche de Muba, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Mancungo, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Michela, Cavalheiro de Malembo.

+ Sinal de Mambanga, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Binduco, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Capita, Cavalheiro de Lândana e Malembo.

+ Sinal de Mangove Fernandes, Cavalheiro de Malembo.

+ Sinal de Maçassa-Manifuta, Cavalheiro de Kakongo.

+ Sinal de Matanga, do Luvula.

+ Sinal de Mafuca, de Lândana.

+ Sinal de Malambo, de Lândana.

+ Sinal de Mafuca-Baba, de Malembo.

+ Sinal de Manimbanza, do Chilunga.

+ Sinal de Ganga-Chinfuma, de Lândana

+ Sinal de Garga-Bembo, de Lândana.

+ Sinal de Matenda, do Boiça.

+ Sinal de Capita-Manitate, de Kakongo.

+ Sinal de Mangove, do Ombuco

Nós abaixo assinados, certificamos que as assinaturas e sinais são dos próprios, por os termos visto fazer e os reconhecermos individualmente.

João José Rodrigues Leitão Sobrinho Negociante em Lândana

A. Tiaba da Costa Fidel del Valle (autenticado com o selo das armas reais)

TRATADO DE CHICAMBA 26 DE DEZEMBRO DE 1884

Aos 26 dias do mês de Dezembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1884, no Chicambo, margem esquerda do rio Luema, a 30 milhas, pouco mais ou menos, do Massabe, achando-se reunidos como representantes por parte do governo português, o delegado do mesmo governo em Kakongo e Massabe, José Emílio dos Santos Silva e o capitão de 2.ª linha António Thiaba da Costa, chefe da estação civilizadora em Kakongo e Massabe, e o secretário da estação civilizadora, em Kakongo e Massabe, José António da Conceição, e pela parte dos Povos que se estendem pela margem esquerda do rio Luema desde N'Cula, ate a embocadura numa extensão pouco mais ou menos de 60 milhas, abrangendo N'Geba, Chicambo e Buamongo, os Príncipes e Cavalheiros que os governam actualmente, que por todos os

presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, foi pelo delegado do governo declarado que, tendo estes Príncipes e Cavalheiros, Governadores destes territórios, manifestado desejos de serem incluídos no Protectorado que Portugal estabeleceu em Kakongo e Massabe, ficando sob a sua soberania, por ser a Nação com a qual mantinham mais constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que os europeus haviam pisado terras d' África para Sul do Equador, ele delegado como representante do governo português, se achava autorizado a conceder aos indígenas a anexação pedida, fazendo um tratado que, depois de aprovado e assinado, estabelecesse as desejadas relações entre Portugal e os Países governados pelos Chefes que o assinassem. E tendo os Príncipes e mais Cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar um documento pelo qual ficasse bem autenticado o Protectorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios do Massabe até ao N'Cula pela margem esquerda do rio Luema, se discutiram e aprovaram doze artigos d'um tratado que, depois de explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do País foi por todos assinados (com sinal da cruz por não saberem escrever).

E, para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta acta que vai por todos assinada ficando junto ao tratado, da qual tiraram cópias devidamente certificadas e entregues aos Príncipes Machamba, Governador de Buamongo, Mai-Sexo, Governador de Guamon-o, N'Ganza-Camba, Governador de Chicambo, Mangemba, Governador de N'Geba, Mancuta, Governador do N'Cula, que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que convenientemente depois designassem, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e Protectorado de Portugal.

Chicambo, 26 de Dezembro de 1884

José Emílio dos Santos Silva, delegado do governo português

- A. Thiaba da Costa, Capitão de 2.ª Linha.

- José António da Conceição, Secretário da estação civilizadora

+ Signal do Rei Machimba.

- + Signal de Cutoto.
- + Signal de Massanza.
- + Signal de Bolamba.
- + Signal de Gangacaca.
- + Signal do Rei Mai-Sexo.
- + Signal de Pita da Praia.
- +Signal de Bivumbi.
- + Signal de Mambuco Mani Luemba.
- + Signal do Rei Macai. + Signal de Chibilongo.
- + Signal de Mamboma N'CUSO.
- + Signal de Macacata.
- + Signal de Manganda-Cai.
- + Signal do Rei Ganga-Misi .
- + Signal de Culombo.
- + Signal de Machichita.
- + Signal do Rei Mangalola.
- + Signal de Ganga Camba Bona.
- + Signal de Mafuca N'Gali.
- + Signal de Machanzi-Monzo
- + Signal do Príncipe Muene Tati
- + Signal de Luangili. + Signal de Mando.
- + Signal de Mafuca Macosse.
- + Signal de Machienzi Zuela.
- + Signal de Mafuca Naungi.
- + Signal de Mamboma Issambo.
- + Signal de N'Bundo Pubo.
- + Signal Mafuca N'Goma.
- + Signal de N'Coti Cuanda Poáti.
- + Signal de Calumbo.
- + Signal de Massongo.
- + Signal de Mamando.
- + Signal de Mansalisi Chibaza.
- + Signal de Chimbi Chianga.

- + Signal de Maconde Bitumbo.
- + Signal de Cibanza.
- + Signal de Lingster Pandi Numtoto-Ola.
- + Signal de N-Combe.
- + Sinal de Mambuco Mani-Macambo.
- + Signal de Chibuquila Mani-Muto.
- + Signal de Macaia Chintomo.
- + Signal de Mamona Chibua.
- + Signal de Ganga Luti.
- + Signal de Benze Mongofu N'Poáti.
- + Signal de Bungo Michivata.
- + Signal de Mamboma N'Bungo.
- + Sinal de Ganga Lamongo.

José Emílio dos Santos Silva, alferes da África Ocidental, delegado do governo português e chefe da estação civilizadora em Cacongo e Massabe, conclui com os Príncipes Malhambo, Mai-Sexo, Ganga, Camba, Mangeba e Mancala, Governadores e Regentes dos Povos de Buamongo, Guamongo, Chicambo, N'Geba e N'Cula, bem como os mais Chefes dos territórios que do Massabe se estendem até ao N'Culo, a NE do Massabe, Costa Ocidental de África, o seguinte tratado (. .) Nota : O tratado é textualmente igual ao do Chinfuma acrescido de mais um artigo. do seguinte teor: "Artigo 12.- São declarados nulos quaisquer tratados contratos que, encerrem cláusulas e, contrárias aos artigos anteriores (Cfr. João de Matos e Silva, Contribuição para o Estudo da Região de Cabinda, cit., pp. 146-147).

TRATADO DE SIMULAMBUCO1 DE FEVEREIRO DE 1885

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comandante da corveta rainha de Portugal, comendador de Avis e cavaleiro de varias Ordens, autorizado pelo governo de sua majestade fidelíssima eI-rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos Príncipes de Cabinda em petição, devidamente por eles

assinada em grande fundação, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados, seus Sucessores e herdeiros o seguinte Artigo I-Os Príncipes e mais Chefes do País, e seus sucessores, declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o Protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Artigo II - Portugal reconhece os actuais Chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos Povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.

Artigo III-Portugal obriga-se a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu Protectorado.

Artigo IV-Aos Chefes do País e seus Habitantes será conservado o Senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses ou pela autoridadeem que o governo de sua majestade delegar os seus poderes.

Artigo V-A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Artigo VI - Os Príncipes e mais Chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4.º.

Artigo VII - Igualmente se obriga a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim, como o desenvolvimento da agricultura.

único-Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Artigo VIII - Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida sempre com a assistência do comandante de guerra do navio português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.

Artigo IX - Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do País.

Artigo X - Os Príncipes e Chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos respectivos valores, a fim de neles o governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares. Artigo

XI - O presente tratado assinado pelos Príncipes e Chefes do País, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta rainha de Portugal, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo governo de sua majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885

(a) Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

+ De Neto do Príncipe Gime, Vice-Rei. (a) Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

+ De Neto do Príncipe Gime, Vice-Rei.

+ De Ibiála, Mamboma do Rei e representante da Regência.

+ Muanafumo Mahundo, filho do falecido Rei.

+ de Mangove Dangoio Puata Puna.

+ da Princesa Maria Gimbe, Mambuko. (a) Barão de Cabinda, Manuel José Puna.

+ Sambo Franque, Governador do Chinga.

+ Machimbi, Mafuca Franque.

+ Mavungo Mangombe, Governador de Samona. (a)

Manuel Bonzola Franque, Governador de Porto Rico e Mutamba. (a)

Francisco R. Franque, Governador de Pernambuco e Vitória.

+ Fernando Sonsa, Governador do Povo Grande.

+ Pucuta Caetano, Inguister de Porto Rico.

+ Manichuvula, Príncipe, Mambuko de Bucu-Sinto.

+ King Jack, Príncipe de Ponta do Tafe.

- + King Taine, Príncipe de Ponta do Tafé.
- + Fenando Mingas, filho do Príncipe Jack do Buco-Sinto.
- + Mangove Velho, Dono do Povo Grande.
- + Filho do Príncipe Bette Jack, Governador do Caio,
- + Manissabo, Governador de Chobo.
- + Perico Franque, linguister de Mambuco.
- + Puata Puna.
- + Luemba Franque, irmão do Príncipe Sambo, Governador do Chinga.

Este tratado foi lido e explicado em língua do País, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal + (cruz) na minha presença, comigo António Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficiais da fazenda da armada, servindo de secretário a este acto.

(a) António Nunes de Serra e Moura, aspirante efectivo da fazenda da armada. Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos acima indicados por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar este acto.

João Puna;

João Barros Franque, filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi;

Vicente Puna; Guilherme Franque, filho de Francisco Franque.

Estavam presentes as seguintes pessoas: (a) Onofre Alves de Sousa; M. J. Correia; J. Contreiras; Alexandre; Manuel António da Silva. -Os oficiais da corveta rainha de portugal: Cristiano Frederico Krusse Gomes. 1.º tenente; Eduardo Ciríaco, 1.º tenente; João de Matos e Silva, facultativo naval de 1ª classe; Alberto António da Silva Moreno, guarda-marinha; João Francisco da Silva, guarda-marinha; João António Ludovice, guarda-marinha. Nota : (a) Assinam com os respectivos nomes.

BIBLIOGRAFIA A SER CONSULTADA

PROCESSOS DE PAZ

- Anstee, Margaret Joan. Orfão da Guerra Fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano (Porto: Campo das Letras, 1997)
- Barroso, J. M. Durão. ‘A cooperação internacional e os processos de paz: o exemplo angolano’ *Estrategia* 8/9 (1991): 13-20
- Human Rights Watch. Angola explicada. Ascensão e queda do processo de paz de Lusaka (Nova Iorque: Human Rights Watch, 1999)
<http://www.hrw.org/portuguese/reports/angopor/>
- Messiant, Christine. “Angola. A caminho de que paz?”. *História* 51 (Novembro de 2000) 26-32
- Moura Roque, Fátima (coordenação). Apelos angolanos. Chegou a hora da paz e da reconciliação (Lisboa: Hugin, 2000)
- Pezarat Correia, Pedro. Angola: do Alvor a Lusaka (Lisboa: Hugin, 1996)

SOCIEDADE CIVIL

- Howen, Nicholas. Construção da paz e sociedade civil em Angola: Um papel para a comunidade internacional (Londres: Departamento para Desenvolvimento Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, 2001) Rede da Paz em Angola. A sociedade civil angolana e a paz. Como participar na edificação da paz? Documentação do workshop da Rede da Paz em Angola 29 a 31 de Maio de 2002 (Luanda: Friedrich Ebert Stiftung/Rede da Paz/COIEPA, 2002)

OUTROS

- Albuquerque, Carlos. Angola. A cultura do medo. (Lisboa: Livros do Brasil, 2002).
- Cunha da Silva, José Paulino. As resoluções das Nações Unidas sobre Angola (Luanda: Editorial Nzila, 2002)
- Global Witness. “Os homens dos presidentes”. A história devastadora das indústrias petrolíferas e bancárias na guerra privatizada de Angola (Londres: Global Witness, 2002) <http://www.globalwitness.org/reports/index.php?language=po>

- Rafael Marques (dir.). Terror em Cabinda. 1º Relatório sobre a situação dos direitos humanos em Cabinda, (Comissão Ad-Hoc para os Direitos Humanos/ Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania, 10 de Dezembro de 2002)
- Robson, Paul & Sandra Roque. “Aqui na cidade nada sobra para ajudar”. Buscando solidariedade e acção colectiva em bairros peri-urbanos de Angola (Luanda: Development Workshop, 2001)

WEBSITES

- Agência Angola Press (Angop) - www.angolapress-angop.ao
- Jornal da Rádio Ecclésia (Igreja Católica) - www.apostolado.info
- Jornal de Angola (estatal) - www.jornaldeangola.com
- Boletim Ondaka (Development Workshop, Huambo) - www.ondaka.angonet.org/journal/ondaka.aspx
- Cabinda - www.ibinda.org
- Rede de ONGs angolanas - www.angonet.org
- British-Angola Forum www.britishangolaforum.org/public/index_portuguese.htm
- Conferência Pro Pace (Julho de 2000) <http://members.tripod.com.br/~propace/>
- Human Rights Watch (documentos sobre Angola) www.hrw.org/doc?t=africa&c=angola.